



ARQUITECTURA SUSTENTÁVEL

| Tema: [Artigos](#) | Autor: [Sá Lemos](#) |

PENSAR A CIDADE.....LUBANGO

O direito à cidade quer dizer direito à vida urbana, habitação e dignidade.

É pensar a cidade como um espaço de usufruto do quotidiano. O direito à cidade representa acima de tudo a possibilidade de transformar o nosso quotidiano de maneira a que cada habitante possa de facto desfrutar e participar plenamente do espaço onde vive. As nossas cidades de hoje não são fruto do acaso mas produto de uma história concreta, de concentração de poder económico e político. A história da cidade e do urbanismo configura-se hoje como uma proliferante produção de livros e hipertextos que primam pela excelência académica de suas sofisticadas posturas e formas de expressão, o que se diz com as palavras, e o que se vê, cidades, paisagens, imagens, etc.

A cidade é sempre fruto de um processo económico e social e, por conseguinte, nasce de uma vontade política, afastando assim a possibilidade de que ela seja consequência de um facto que acontece de forma casual. Para que as cidades, quer em termos económicos quer socialmente, cresçam de forma organizada, existem para tal, entre outros, instrumentos designados por Planos Directores Municipais, Planos de Pormenor, etc., que definem as linhas estratégicas, de intervenção para que, de forma lógica, a cidade possa atender à demanda de todos os seus habitantes, sendo necessário o controle das diversas actividades e transformações que nela ocorrem como a respeitar os limites do meio de sustentação natural.

Dessa forma a cidade, tida como grande concentração de pessoas e actividades, é um espaço de convivência pública e deve estabelecer limites à conduta para a vida harmoniosa entre os seus cidadãos e cabe ao governo criar as directrizes de desenvolvimento da cidade e cabe às populações cumprir com as disposições legais.

O processo de planeamento da cidade é e deve ser entendido como um processo de construção colectivo e não somente como ordenamento do espaço físico territorial.

No entanto, no que concerne à cidade do Lubango, temos assistido ao longo dos anos, apesar da existência dos instrumentos atrás referidos, a um crescimento desordenado, fruto talvez da incapacidade técnica das instituições responsáveis ou de vontades políticas obscuras, em desacordo com as mais elementares normas técnicas e jurídicas em vigor, já para não falar dos aspectos estético-formais que a cidade merece.

Apesar das obras agora em execução, que pecam por tardias (mas diz o ditado ...mais vale tarde que nunca), continuamos a assistir diariamente a colagens na paisagem urbana de edifícios de gosto duvidoso que desfiguram completamente o meio em que se inserem, com projectos executados por técnicos de origem duvidosa e aprovados não se sabe por

qual entidade, em zonas nobres da cidade, demonstrando que os serviços competentes parecem estar de olhos vendados a estas situações ou então, aos planos existentes e em vigor, que estão fechados na gaveta para servirem interesses e ou desmandos de alguns indivíduos.

O verdadeiro desafio das cidades, é crescer organizadamente, oferecendo qualidade de vida aos seus utentes e não servir os interesses politico-económicos de alguns indivíduos.

As instituições necessitam de mais capacidade e qualidade técnica, de recursos humanos e materiais. Existe muito trabalho pela frente, é preciso ordenar, requalificar em termos urbanos mas cremos que é um trabalho a ser feito com as novas gerações, com as crianças que estão hoje a entrar no jardim-escola. É ordenar e qualificar mentalidades, em suma.....é EDUCAR.